

O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: O PROCESSO DE TRANSCODIFICAÇÃO NA CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Andréa do Prado Souza (Mestrado em Ciência da Informação - UEL)

Ana Cristina de Albuquerque (Orientadora)

RESUMO

O papel da fotografia tem sido ampliado para além do álbum de família, permeando também a comprovação de fatos, eventos cotidianos e históricos. O volume crescente de fotografias implica em armazenamento, recuperação e uso enquanto documento imagético. Analisar a transcodificação destes materiais é instigante, principalmente por ser um recurso informacional construído de múltiplas possibilidades de leitura. Questiona-se com este trabalho como se dá o processo da transcodificação do documento fotográfico na organização do conhecimento, em especial na classificação arquivística. O estudo proporcionou uma visão sistêmica do processo de classificação da imagem enquanto documento, bem como da importância da proveniência e da diplomática para obter uma recuperação segura dos documentos fotográficos. Este estudo buscou contribuir para as inserções de materiais fotográficos e sua classificação no âmbito de instituições informacionais.

Palavras-chave: Transcodificação, Fotografia, Classificação.

INTRODUÇÃO

A fotografia é um canal de transmissão de informação que assegura que recortes da vida cotidiana sejam mantidos para a posteridade, transmitindo mensagens codificadas no formato visual.

Para as diversas possibilidades de leitura da imagem, Boni (2000) apresenta a fotografia como um código aberto e contínuo, defendendo essa premissa porque permite várias leituras e várias análises, sem levar em consideração grau de instrução ou outro limitante, um mesmo leitor pode ler a mensagem e encontrar novo significado a cada nova leitura (BONI, 2000)

Dentro deste cenário, a primeira coisa que vem à mente de um profissional da informação é a identificação dos termos que possibilitarão materializar a cena, antes mesmo de buscar significados ou potencialidades implícitas na imagem.

Esta prática se consolida em torno da disciplina Arquivística que ao longo dos anos lida com os desafios de identificar as fontes de informação (produto), estabelecer relações concretas de vínculo com a origem (produtor) e informar o usuário (receptor) conferindo-lhe valor documental, do ponto de vista institucional ou pessoal.

Ao pensar no processo de transcodificação na classificação arquivística do documento fotográfico é potencializar a conversão da imagem em outras formas de registros, que subsidiarão, por sua vez, a construção de significados, comparando a imagem à sua própria verdade, tanto na dimensão subjetiva quanto na objetiva.

Em outras palavras, é possível organizar estes materiais de modo que se possa recuperar o produto original, bem como o seu teor significativo. Nesta perspectiva, este trabalho



propõe uma investigação teórica sobre a classificação da fotografia no âmbito arquivístico e, conseqüentemente, do processo de transcodificação para que essas informações sejam encontradas pelos seus usuários e perdure por muitas gerações.

O reconhecimento da fotografia como fonte de informação para a história trouxe um amadurecimento das práticas de organização. Os materiais fotográficos requer um processo de organização consideravelmente difícil, porém de suma importância social.

Cabe ao profissional da Ciência da Informação transformar a linguagem visual em outra linguagem para que assim possa facilitar a busca das informações pelos usuários.

1. O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO

Para a decodificação da fotografia é necessário atentar-se para as intenções do fotógrafo, em codificar em forma de imagem os conceitos que tem na memória. Para isso ele usa do equipamento e de suas possibilidades físicas. Ao estabelecer esta imagem tem como pressuposto que ela servirá de modelo para outros que queiram vivenciar mesmo que distante, o conceito que ele imaginou, fixados de maneira permanente, eternizando um conceito para a posteridade (FLUSSER, 1985).

Cada um que "lê" a foto a traduz de acordo com seu repertório, pois esta leitura é individual e a linguagem intencional do fotógrafo é colocada a disposição do sujeito que a lê. Levando esses fatores em consideração percebe-se claramente que o resultado desta interpretação nem sempre será idêntico ao do fotógrafo que a produziu.

A fotografia, é sempre alguma coisa que é representada, ao contrário do texto que, pela ação repentina de uma única palavra, pode fazer uma frase passar da descrição à reflexão, ela fornece de imediato esses detalhes que constituem o próprio saber do etnológico (BARTHES, 1984, p. 43).

A complexidade exposta pela imagem é ampla e para desvendá-la o homem utiliza a escrita como ferramenta que parcialmente revela a construção e significado da imagem exposta.

O ato de “transcodificar” o documento fotográfico com a finalidade de dar acesso às informações demanda uma série de conhecimentos implícitos e advindos da Organização do Conhecimento, assim como de outras áreas, se tornando tarefa interdisciplinar e extremamente importante realizada pelos profissionais da informação.

Na conversão do documento fotográfico de imagem para palavras há o que Smit (1987) chama de transcodificação, que é a passagem de uma linguagem para outra. De acordo com o Dicionário Online Priberan, transcodificação é a “tradução em código diferente”. Assim, pode-se apropriar também da definição de “converter”, que é definida como a mudança de forma ou qualidade, sem a mudança de substância, da essência.

Para Smit (1987), “a descrição de uma imagem nunca é completa”, pois quem trabalha com fotografias sempre irá se deparar com a conotação, sua interpretação e herança cultural, que influenciam, em muito, na descrição de um documento. No



entanto, o profissional envolvido na tarefa de tratar o documento fotográfico tem de ser o mais objetivo possível, pois assim possibilitará que as informações contidas neste documento não sejam de alguma forma perdidas (SMIT, 1987, p. 102).

A dificuldade em analisar documentos, em especial o documento fotográfico, somada à falta de estruturação das informações faz com que em sua recuperação as informações se tornem por vezes insuficiente ao usuário.

Arquivo e informação são inseparáveis, uma vez que os arquivos são formados por documentos e estes são carregados de informações. Desta forma, a relação direta entre arquivos, documentos e informações é fundamento para a existência do Arquivista.

Heredia Herrera (1991) descreve a definição de documento como o registro de informação, independente do suporte. Esta definição abrange todas as formas de transmitir a informação, como livros, revistas, filmes, mapas, discos, medalhas, entre outras. Ela reconhece a abrangência desta definição, apresentando outra leitura, mais simplista, de que o documento é o testemunho das atividades do homem em um suporte durável e que contenha informação (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 121).

Para a fotografia, o seu valor documental foi sendo alcançado por interessados em captar e reter cenas dos movimentos de transformações culturais, históricos, políticos, artísticos, pessoais, institucionais, entre outros. A fotografia manifesta diversas possibilidades de descobertas, transmite informação e conhecimento na forma visual. Enquanto que sua ascensão à condição de documento de arquivo recai na percepção da proveniência e do testemunho aos fatos comunicados. Michael Buckland (1991) menciona que:

[...] tornar os usuários bem informados (informação como processo) e que haja uma comunicação de conhecimento (informação como conhecimento). Mas fornecidos os meios, o que é tratado e operado, que é acumulado e recuperado, é informação física (informação como coisa) (BUCKLAND, 1991, p. 352).

Sendo a fotografia reconhecida como fonte de informação, capaz de ser apresentada legalmente como prova documental, ela necessita de armazenamento adequado e também ser classificada para fins de recuperação dos usuários interessados.

2. A CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Certamente a Organização do Conhecimento se beneficia eficientemente da classificação para representar, hierarquicamente, a ordenação dos elementos que se propõe a organizar.

Para Piedade (1983), “classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. Significa dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos”. Essa definição traz as principais características do ato de classificar, ou seja, uma ação organizadora que agrupa um conjunto de seres ou objetos por suas semelhanças (PIEADADE, 1983, p.16)



A classificação é definida no estabelecimento de classes, grupos e subgrupos, de modo estrutural ou hierárquico dentro de um conjunto, sempre em razão da proveniência. A ordenação é definida pelo alinhamento de cada subconjunto, observando a cronologia ou a ordem alfabética, numérica, geográfica dentre outras.

Os vários momentos de desenvolvimento do conceito arquivístico na literatura acerca da classificação refletem o ponto de contato entre a origem, a ordem e a materialização do documento para servir de prova.

Para Jean-Yves Rousseau e Carol Couture (1998), o Princípio da Proveniência atribui uma obrigatoriedade em:

[...] agregar os documentos por fundos, ou seja, reunir todos os títulos (documentos) provenientes de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo, e dispor segundo uma determinada ordem os diferentes fundos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 80).

O Princípio da ordem original também fluente na organização arquivística é apresentado por alguns autores como um desenvolvimento do princípio de *respect des fonds* ou do Princípio da Proveniência.

De acordo com Ducrot (1998):

[...] uma boa classificação resulta da observância de três fatores: inicialmente, ela é preparada, por meio de operações que evitarão muitas dificuldades posteriores; em seguida, ela é realizada segundo o princípio fundamental da arquivística, que é o do *respect des fonds*, ou princípio da proveniência, [...]; por fim, ela se apóia em regras específicas de cada categoria de arquivos, sem prescindir da intuição e do pragmatismo para corresponder à natureza própria de cada fundo (DUCROT, 1998, p. 151-152).

A classificação é demonstrada em esquema hierárquico entre as classes e subclasses do ambiente produtor/acumulador. Esse esquema é chamado plano de classificação, que considera como alicerce de trabalho os princípios da proveniência e da ordem desde a definição dos níveis de divisão (disposição hierárquica) até a fixação dos objetos a classificar (documentos originados).

Tais esforços, voltados para a construção do plano de classificação presume a figura de um classificador, o arquivista. Esse agente classificador, precisa de formação adequada sobre as bases teóricas e metodológicas para a aplicação de tais preceitos arquivísticos, contribuindo assim, efetivamente para a organização do arquivo, seja no estabelecimento das classes documentais, seja no atendimento às exigências de extensão das operações.

De acordo com Sousa (2008), o arquivista tem a função de estabelecer os limites da estrutura de classificação e também responde pela organização dos documentos, visto que o processamento da informação é contínuo e, com isso, muitas vezes, se faz necessário o replanejamento do sistema para inibir a ocorrência de problemas e garantir que o fluxo documental seja realizado com segurança e rapidez (SOUSA, 2008).



A classificação não pode estar desconectada da preocupação com sua aplicação, assim, convém buscar um nível de generalidade que proporcione: simplicidade, flexibilidade e expansibilidade (GONÇALVES, 1998, p. 23-24).

De modo geral é difícil encontrar documentos classificados de acordo com os princípios arquivísticos. Os modelos regularmente se referem à ordenação cronológica, alfabética ou numérica. Tal organização não é suficiente para informar os vínculos da documentação com o seu organismo produtor (GONÇALVES, 1998, p. 13).

A teoria arquivística inibe a prática de classificação por assunto justamente por juntar diferentes origens documentais em funções de uma ordem própria ou recorte temático, e esse tema, no universo dos arquivos é indicado como exceção ou atividade complementar.

3. PROCESSO DE TRANSCODIFICAÇÃO

O conceito "transcodificar" é explicado por Smit (1987) como "a passagem de uma linguagem para outra." A imagem é carregada de significados, referências e contextos que devem ser traduzindo em linguagem codificada passíveis de representar os termos de classificação em Sistemas de Organização do Conhecimento e consequentemente pelo usuário final que necessita desta imagem (SMIT, 1987)

O Arquivo Nacional, em seu Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística traz o verbete "transcrever" como a "reprodução textual de um documento escrito ou sonoro". Nesta conceituação, há de se inserir o documento imagético, uma vez que ele é passível também de representação textual (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Observa-se que os conceitos demonstram a necessidade de transpor uma imagem, refletida em um suporte físico ou digital, de acordo com as finalidades para as quais ela foi criada, para estabelecer categorias, esquemas ou hierarquias na organização do conhecimento com vistas à classificação dos documentos, na constante tentativa de preservar o contexto arquivístico e apresentar ao usuário final condições favoráveis de recuperação destes conjuntos documentais dentro de um universo maior de imagens disponíveis.

Bellotto (2008) considera primordial na classificação arquivística: identificar as competências, as funções e as atividades dos órgãos para início da etapa de classificação nos arquivos. Além destes fatores o ambiente organizacional também deve ser considerado na eleição de um método que contemple uma classificação de fato arquivística (BELLOTTO, 2008).

Fatores a considerar	Elementos para análise
1. Levantamento da evolução institucional	Toda legislação que a cria e regulamenta; os procedimentos administrativos; as funções que exerce para que se cumpra o objetivo para o qual foi criada; os documentos produzidos, cuja tipologia é adequada às operações, atividades e funções que testemunham.



XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH
Humanidades, Estado e desafios didático-científicos
Londrina, 27 a 29 de julho de 2016

2. Prospecção arqueológica da documentação a organizar	Identificação preliminar ainda que superficial, é obrigatória para identificar as relações entre documentos, funções e atividades. As razões têm haver com as lacunas causadas pelas baixas (expurgos), desfalques, má fé ou ignorância.
3. Estudo das entidades produtoras dos documentos	Dados sobre as entidades ausentes, já que podem aparecer documentos desaparecidos, como é comum acontecer.

Quadro 1 - Elementos da Classificação Arquivística

Fonte: Adaptado de Santos, Innarelli e Sousa (2008, p. 134).

Os elementos acima, apontados por Belloto (2008), de acordo com Sousa (2008) são necessários para a definição do plano de classificação arquivística.

Sousa (2008) afirma que a proposta é uma síntese das principais indicações encontradas na literatura arquivística e se junta à necessidade de identificação das tipologias documentais.

À medida que os documentos vão sendo acumulados estabelecem relações entre si criando um elo determinante para a sua razão de existirem quanto conjunto indivisível das ações intelectuais do ambiente organizacional, desta forma, o estudo diplomático do documento fotográfico poderá vir a propiciar conhecimentos peculiares no entendimento do contexto para legitimidade dos fatos para o estabelecimento tipológico.

A falta de aprofundamento diplomático na classificação arquivística, estando as informações em suportes (papel, mídia magnética ou eletrônica) também presume o acúmulo de documento sem análise dos valores administrativos, técnicos, legais, fiscais, probatórios, culturais e históricos que possam conter.

A diplomática dedica-se a partes do documento. Os estudos diplomáticos dividem o documento em elementos externos e internos. Os elementos externos referem-se às características físicas do material. Os elementos internos convertem o conteúdo entre partes: o protocolo inicial, o texto e o protocolo final. Cabe destacar que nem todos os documentos representam todos os elementos internos enunciados pela autora (BELLOTTO, 2002).

Nessa relação torna-se evidente a influência da diplomática na autenticação e validação dos tipos documentais em arquivos para fins da classificação arquivística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a Ciência da Informação os documentos devem ser organizados seguindo sua lógica de existência, origem ou contexto de produção, para identificar as relações, os documentos e as funções que o geraram (SANTOS; INNARELLI; SOUSA, 2008). Tal mapeamento subsidiará a recuperação das informações no seu estado original.

Bellotto (2002), com um olhar nos elementos diplomáticos, faz referência à necessidade de levantar o conteúdo do documento, apresentando o texto descritivo relacionado à datação (onde, quando e quem criou o documento), como possibilidade de validar a integridade e facilitar a recuperação do documento, uma vez que estas informações textuais podem descrever a imagem, de modo que transcodifique o



contexto do documento. Ratificamos que o processo de descrição não é o foco deste trabalho.

Desta forma, os indicadores apresentados a seguir foram elaborados para validar a hipótese criada:

- Identificação da origem do documento fotográfico;
- Identificação dos elementos diplomáticos;
- Identificação do tipo do documento fotográfico;
- Classificação do documento fotográfico.

A inter-relação entre os conceitos possibilitou estabelecer o processo de transcodificação e também os elementos da análise para representar o documento imagético transcodificado.

Esta inter-relação levou ao estabelecimento de um quadro (abaixo) demonstrativo para a compreensão de como se dá o processo de transcodificação.

Elementos	Processo
1. Proveniência	Levantar a evolução institucional e as relações arqueológicas da documentação relativas a um fundo produtor/acumulador (uma instituição, pessoa ou família).
2. Espécie	Estabelecer a configuração do documento, de maneira que torne válido e credível o seu conteúdo.
3. Tipo documental	Estabelecer a função do conteúdo que se quer transmitir, de modo que transcodifique a natureza do documento arquivístico com o enfoque na organização, recuperação e acesso dos mesmos (construção semântica).
4. Categoria	Estabelecer a hierarquia de níveis e subníveis, apresentando a informação e o suporte documental de ordem administrativa ou jurídica num esquema que transcodifique o contexto arquivístico com o enfoque na organização, recuperação e acesso dos mesmos (construção semântica).

Quadro 2 - Processo de Transcodificação de Documento Fotográfico da Classificação Arquivística

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No quadro acima são apresentados os elementos da transcodificação e como se dá o processo de transcodificação.

O Princípio da Proveniência, também chamado de respeito aos fundos, é a base de todas as intervenções arquivísticas. A organização e integridade dos arquivos precedem da origem de quem cria a informação, em qual contexto se insere, qual a abrangência do cenário, como ele se divide, quais leis rege o órgão produtor, qual o volume da massa documental, quem são os envolvidos e a quem se destina o acesso informacional (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 79).

Os resultados da aplicação de tal princípio impõem-se sobre o objetivo de gerir os conjuntos documentais produzidos por um fundo ou organismo produtor. Para Belotto (2000) "os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação,



alienação, destruição não autorizada ou adição indevida. Este princípio é derivado do princípio da proveniência” (BELOTTO, 2000, p. 24).

Mediante ao levantamento do cenário institucional e o volume de documentos associados, é necessária a contextualização dos tipos documentais vinculando-os às funções de produção e ao sentido informacional identificado no documento.

Esse momento é um dos mais críticos no processo de transcodificação dos conjuntos documentais devido a necessidade de traduzir a intencionalidade e os recursos significativos da informação, fato que muitas vezes se faz com a aplicação de elementos diplomáticos para a configuração adequada, de acordo com a natureza que o documento assume, ou seja, a Espécie.

A Espécie é a representação da natureza do documento que é decodificado a partir do método diplomático. Ela prepara o mesmo para se chegar ao tipo documental, bem como seu valor probatório, histórico, informativo, entre outros, junto ao organismo produtor. Essa etapa também viabiliza o vínculo que o documento assume na hierarquia de classes e subclasses da classificação arquivística.

A complexidade exposta pela imagem é ampla, e para desvendá-la utiliza-se da escrita como ferramenta para revelar a sua construção de significado, evidenciando assim a importância do Tipo Documental, que, aliado à Espécie Documental, identifica os elementos da diplomática. É imprescindível a contextualização da tipologia documental em decorrência das funções e atividades que a originou, com enfoque na organização, recuperação e acesso por parte dos usuários.

Uma vez identificado o tipo documental, depende da classificação ou da Categorização de acordo com as funções e atividades que o originou. Para Shellenberg (2006), são três os métodos de classificação de documentos (funcional, organizacional e por assuntos), devendo um deles ser escolhido para as atividades inerentes à gestão dos documentos. A vinculação à Categoria dá sentido amplo aos documentos de arquivo, viabilizando os recursos de representação

na esfera da Organização do Conhecimento, espelhando o contexto e os materiais produzidos relativos a um fundo (uma instituição, pessoa ou família) (SHELLENBERG, 2006).

As discussões em torno do documento fotográfico, especialmente na classificação mostram que ainda há um terreno fértil para novas discussões e inserções.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARTHES, R. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 185 p.

BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.



BELLOTTTO, H. L. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2013.

BELLOTTTO, H. L. Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística: reconhecendo e utilizando o documento de arquivo. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo Arquivo do Estado, 2000. (Projeto Como Fazer).

BONI, P. C. O discurso fotográfico: a intencionalidade de comunicação no fotojornalismo. Tese (Doutorado) - ECA, USP, São Paulo, 2000.

BUCKLAND, M. Information as thing. *Journal of the American Society of information Science*, Greenwood, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

DUCROT, A. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2059/1198>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta*. São Paulo: HUCITEC, 1985.

GONÇALVES, J. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

HEREDIA HERRERA, A. *Archivística general: teoria y práctica*. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

PIEDADE, M. A. R. *Introdução à teoria da classificação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. *Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*. 2. ed. Distrito Federal: Senac, 2008.

SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SMIT, J. W. *Análise documentária: a análise da síntese*. Brasília: IBICT, 1987.



XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH
Humanidades, Estado e desafios didático-científicos
Londrina, 27 a 29 de julho de 2016

SOUSA, B. A. Glossário: biblioteconomia – arquivologia – comunicação e ciência da informação. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

TRANSCODIFICAÇÃO. In: DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/transcodifica%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 12 abr. 2014.